

ÍNDIOS

Pancararus ameaçam deixar Nordeste sem luz

Tribo quer retirada de 483 famílias de posseiros de suas terras, que estão demarcadas há 10 anos

CRISTIANE SEGATTO

Os índios pancararus de Petrolândia (PE) ameaçam deixar seis Estados do Nordeste sem energia elétrica caso 483 famílias de posseiros não sejam retiradas da área indígena nos próximos 60 dias. Os pancararus planejam derrubar torres de transmissão da hidrelétrica de Paulo Afonso que atravessam a aldeia Brejo dos Padres, entre Petrolândia e Tacaratu, a 412 quilômetros do Recife. Amanhã faz dez anos que a demarcação das terras indígenas foi homologada pelo presidente José Sarney. Até hoje nenhum posseiro deixou a área.

A situação jurídica das terras é clara e definitiva. Os pancararus têm direito aos 8.337 hectares de terras férteis e pedregosas que habitam desde a colonização. Em 1879, d. Pedro II doou 14.294 hectares ao grupo, mas o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reduziu a demarcação para 8.337 hectares em 1937.

Nessa época, a tensão entre pancararus e posseiros já era relatada. A situação piorou nos anos 70, quando uma leva de brancos que perdeu terras durante a construção da hidrelétrica de Itaparica, próxima a Tacaratu, fixou-se na área da aldeia.

Indenização — Há uma década, a Fundação Nacional do Índio (Funai) ficou obrigada a indenizar as benfeitorias construídas pelos posseiros e retirá-los da reserva. Os agricultores ocupam os 3.600 hectares mais cultiváveis e aceitam sair do local, contanto que sejam reassentados em terras próximas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não definiu para onde transferir os trabalhadores rurais que vivem do plantio de feijão, mandioca e milho na área indígena.

"Vamos ter de deixar a sociedade descontente para conquistar o que é nosso", comenta o presidente da Associação Indígena Pancararu, Frederico Marcionilo de Barros Pancararu. Com o blecaute, os líderes pretendem atingir a população de Pernambuco, Alagoas, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. "Os cricatis do Maranhão derrubaram só duas torres e resolveram o problema deles", cita Barros, lembrando o episódio ocorrido em fevereiro.

Os pancararus pretendem "agir de surpresa", segundo Barros. Os quase 5 mil índios que moram na aldeia receberão reforços de São Paulo. Sem a posse das terras, mais de 900



Maria Clara, em São Paulo há 25 anos: "Ainda vou viver na aldeia como me criei"



"Doutor Zóio": só ele é capaz de decifrar as bulas e explicar o efeito de comprimidos



Ronaldo, filho de Maria Clara: som do maracá abafado pelas limitações da favela

pancararus migraram para o Sudeste e hoje vivem na Favela Real Parque, no Morumbi, zona sul da cidade. A associação indígena, criada na capital em 1994, planeja alugar dois ônibus para levar os homens "mais jovens e esclarecidos" a Petrolândia.

Migração — O vai-e-vem entre a aldeia e a favela acentuou-se nos últimos meses, realçando problemas sociais registrados desde a década de 50, quando começou a migração dos pancararus para a capital paulista. Impedidos de plantar nas áreas mais férteis, ocupadas por posseiros, as famílias mandam alguns filhos para São Paulo a fim de trabalhar e mandar dinheiro à aldeia.

A função de vigilante aparece

como o posto mais cobiçado pelos pancararus, mas 60% deles caem na vala comum do desemprego. Em São Paulo há apenas uma semana, Janiel Vevei, de 23 anos, ainda sonha em guardar residências. "Se não conseguir nada, o jeito é virar orelha seca." Orelhas secas são os ajudantes de servente de pedreiro, a ocupação mais comum entre os índios empregados. Retornar ao Brejo dos Padres assim que os posseiros abandonarem a área é o desejo de 80% dos favelados, segundo a associação. As regras de boa vizinhança impõem sacrifícios aos pancararus no convívio com brancos e negros da metrópole.

O toré (dançado por homens, mulheres e crianças em momentos de contentamento)

perde o sentido quando realizado sobre o cimento, mas os índios não têm outra opção no espaço exíguo da favela. O som dos maracás (chocalhos feitos com pequenas cabaças) e o dialeto pancararu são abafados pelas limitações da convivência pacífica.

O mesmo ocorre com os trabalhos espirituais, que têm hora para começar mas nunca para terminar. Poucos barracos podem abrigar o número de participantes necessário à celebração. O cômodo de Maria Clara de Jesus, em São Paulo há 25 anos, é endereço certo dos rituais.

Enquanto traga o campião (uma mistura de fumo, folha de arara e semente de imburana), Maria reafirma sua fé nos caboclos, praiás e encantados indígenas e em Nossa Senhora do Desterro, cuja imagem repousa na parede. "Com a proteção deles, ainda vou viver na aldeia como me criei", acredita.

Moradores de favela da capital não têm assistência de fundação

Diretor da Funai admite que não sabe como assistir índios que moram fora de aldeias

A falta de assistência aos mais de 900 índios da Favela Real Parque, no Morumbi, é reconhecida até mesmo pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os pancararus não recebem as cestas básicas que o órgão costuma enviar aos aldeados e enfrentam problemas de transporte de doentes. A explicação para a recusa em fornecer os alimentos à favela é discutível: seria discriminatório entregar as cestas apenas aos índios e não aos demais favelados.

Apontar o escritório da Funai responsável pelos pancararus em São Paulo indica outra dificuldade. A regional do Recife informa aos índios que a verba para atendê-los fica em Bauru. O escritório do interior paulista argumenta que a etnia procede de Pernambuco e, portanto, deve ser atendida pelos técnicos do Recife.

"Não está claro para a Funai como assistir índios desaldeados", disse o diretor de assistência da Funai, em Brasília, Ronaldo Lima de Oliveira. Ficam sob sua responsabilidade os programas de saúde, educação e ambiente de todos os índios do País.

Segundo ele, falta estrutura material para pensar no problema da favela. "A prioridade são os índios aldeados e, mesmo assim, há poucos recursos para atendê-los", argumenta Oliveira. "Existe um vácuo nessa história toda porque não sabemos até onde vai a responsabilidade da Funai e onde começa a do Ministério da Saúde."

Doutor Zóio — Cansados de tanta indefinição, os índios favelados indicaram um remédio ca-

seiro. Em um barraco habitado por dez pessoas, vive o pancararu mais bem qualificado profissionalmente. Edvaldo Gomes da Silva Pancararu é atendente de enfermagem formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A contragosto, Silva trocou o emprego em um hospital por uma ocupação mais rentável. Como vigilante, agora ele consegue ganhar R\$ 440 mensais. Os índios queriam que o profissional recebesse um salário da Funai para prestar atendimento básico de saúde aos pancararus. Os técnicos gostaram da idéia, prometeram conseguir o cargo, mas a idéia nunca passou de boa intenção.

A demanda pelos serviços de Silva, o **Doutor Zóio**, é grande na favela. Nos fins de semana e nas poucas horas em que permanece em casa, o atendente de enfermagem aplica injeções, examina doentes e orienta o consumo de medicamentos. Ninguém tem coragem de tomar

um remédio sem antes receber a aprovação dele. Na favela, só **Dr. Zóio** é capaz de decifrar as bulas e explicar o efeito dos comprimidos.

Dr. Zóio confia tanto em seus conhecimentos quanto na proteção dos caboclos Mestre Andorinha e Capitão da Evangélica, que zelam pela casa. Foi a eles que Silva recorreu quando seu filho ficou muito doente há três anos. Com a recuperação do garoto, planeja fazer o agradecimento em breve na aldeia de Pernambuco. "Vou fazer uma festa de R\$ 100 para celebrar o Menino do Rancho", conta.

A comemoração tradicional é oferecida por pais temerosos de perder os filhos. Vestidos de palha, os praiás (padrinhos secretos da criança) escondem totalmente seus corpos e dançam. O ritual termina com um banquete, aquele que Silva sonha em oferecer. (C.S.)

Funai promete pagar parte da indenização

A Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou que na terça-feira começará a indenizar 31 famílias de posseiros da aldeia Brejo dos Padres. Até o dia 25, o grupo terá o dinheiro na mão, segundo o diretor de Assuntos Fundiários, Aureo Faleiros. Esses trabalhadores rurais fazem parte de uma minoria que aceita sair da reserva sem a garantia de reassentamento em outro local.

O custo da retirada de todas as 483 famílias é de R\$ 4,3 milhões. A idade das ocupações levantadas varia entre 6 meses e 77 anos. A Funai paga apenas o valor das benfeitorias (como casas, currais e cercas), mas ainda não dispõe do total de recursos necessários, dez anos após a homologação da reserva. "O Nordeste é prioridade porque concentra as áreas onde a relação entre índios e posseiros mantém-se mais complicada", afirma Faleiros.

Sem dinheiro — Até o final do ano, R\$ 600 mil estão previstos para pagamento das indenizações. Faleiros explica que o órgão dispõe da liberação orçamentária (mas não financeira) para o pagamento



Frederico: "Mentira da Funai"

de outros posseiros em setembro. Ou seja, a Funai está autorizada a empenhar parte de seu orçamento nessas indenizações, mas ainda não tem o dinheiro disponível. "Em dois anos, pagaremos todos os posseiros", sustenta Faleiros.

Os índios alegam que seus avós já ouviam essa promessa. "É mais uma mentira da Funai", afirma o presidente da Associação Indígena Pancararu, Frederico Marcioni-

lo de Barros Pancararu. Os representantes dos posseiros da aldeia Brejo dos Padres também desaprovam os planos do órgão federal e ameaçam reagir.

"A Funai quer criar problemas entre os trabalhadores ao indenizar famílias sem garantir o reassentamento", disse o coordenador do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-Médio São Francisco, Eraldo José de Souza. A entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúne 15 sindicatos e 100 associações de pequenos agricultores da Bahia e de Pernambuco e tem uma orientação clara sobre as disputas de Petrolândia. Primeiro devem vir as novas terras e, só depois, a indenização.

"Falta decisão política do governo porque o Incra já prometera uns 200 prazos e não cumpriu nenhum", afirma Souza. Hoje, índios e posseiros praticam um acordo de paz informal e moram em porções diferentes dentro da reserva. "Vamos responsabilizar a Funai se algum caso de polícia ocorrer quando as 31 famílias saírem e índios vierem morar no trecho dos posseiros", diz Souza.

Identificação é difícil para morador de SP

Identificar os pancararus como índios é difícil para um morador de São Paulo. Com traços caboclos marcantes, resultado de séculos de miscigenação, eles parecem sertanejos com as demais etnias indígenas do Nordeste. Essa característica significa uma dificuldade a mais quando chegam à metrópole.

Dificilmente os empregadores acreditam que falam a verdade quando identificam-se como índios. Esses obstáculos levaram à criação da Associação Indígena Pancararu, em 1994, que conseguiu criar a carteira de identidade indígena, documento único emitido pelo Ministério da Justiça. "Nenhuma outra etnia tem essa carteira, mas nós a conquistamos", diz o presidente Frederico Marcionilo de Barros Pancararu.